

ATA NÚMERO 52/XV/1.ª SL

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2023, pelas 19:35 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição dos peticionários da [Petição n.º 143/XV/1.ª](#) – Pela cessação do Projeto MAIA

3. Aprovação de atas

- Reunião da Comissão de dia 14 de junho

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de lei – especialidade

- [Projeto de Lei n.º 781/XV/1.ª \(L\)](#) – Cria as Respostas de Apoio Psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no Ensino Superior e alarga o âmbito de aplicação dos Códigos de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio a todos os membros da comunidade académica

ii. Projetos de resolução – especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 657/XV/1.ª \(BE\)](#) – Criação de códigos de conduta e de uma estrutura independente de apoio à vítima e de denúncia em caso de assédio nas instituições de ensino superior
 - [Projeto de Resolução n.º 686/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que crie estratégias para debelar as situações de assédio moral e sexual no ensino superior
 - [Projeto de Resolução n.º 634/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda o reforço de formação de Educação Especial ao longo do percurso da docência
- iii. Projetos de resolução – Baixaram para nova apreciação na generalidade
- [Projeto de Resolução n.º 476/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas
 - [Projeto de Resolução n.º 549/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a eliminação das taxas e emolumentos nas instituições públicas de ensino superior para admissão a provas académicas de doutoramento
- iv. Projetos de resolução – generalidade
- [Projeto de Resolução n.º 761/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Incentivo a atividades de *mindfulness* nas escolas e tempos letivos ao ar livre
- 4.1. Relatórios de audiências:
- Delegação da Comissão organizadora do Fórum do Património – 25/05/2023
5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 685/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que reverta a decisão de manter as provas de aferição digitais para os alunos do segundo ano de escolaridade

6. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 669/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição

7. Outros assuntos

8. Data das próximas reuniões

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) pediu o adiamento do ponto 5 da Ordem do Dia. Assim, a proposta de Ordem do Dia, com esta alteração foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, verificando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

2. Audição dos peticionários da [Petição n.º 143/XV/1.ª](#) – Pela cessação do Projeto MAIA

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, deu as boas-vindas aos peticionários, recordando a grelha de tempos da audição.

Os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

- A petição foi lançada no dia 23 de março e no dia 26 já tinha mais de 7 mil assinaturas essencialmente de professores pois são eles que lidam diretamente com o [Projeto MAIA](#);
- Algumas pessoas que assinaram a petição deixaram comentários e a maior parte são referentes ao excesso de burocracia, facilitismo, à evidência de que as

aprendizagens não estão a melhorar, mas os resultados melhoram, o que significa que se está a mascarar o insucesso.

- Uma professora, que assinou a petição, comentou que tentou aplicar o projeto, mas percebeu que não é praticável em nenhum dos ciclos nem por professores que têm várias turmas, nem por aqueles que têm só uma turma, mas ensinam várias disciplinas;
- Os professores puseram o projeto em prática, avaliaram-no e a conclusão a que chegaram depois de recolhidas todas as informações e evidências, depois de toda a ponderação de domínios, classificaram-no como sendo insuficiente e pedem o fim deste projeto;
- O pretexto para a existência do Projeto é inválido, ou seja, a questão do *feedback* de alta qualidade que os professores terão de dar aos alunos acerca das suas aprendizagens é algo que os alunos sempre tiveram e que os professores sempre praticaram de modo informal, rápido e imediato e com as plataformas que atualmente existem também é possível fazer em termos de resultados quantitativos;
- O próprio mentor do Projeto MAIA, no parecer que assinou do Conselho Nacional de Educação, diz que o Projeto não é obrigatório, no entanto é o único que está completamente especificado na página da Direção-Geral da Educação (DGE) e que faz parte de uma parceria direta entre os mentores do Projeto e a DGE;
- Acresce que nas inspeções que a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) tem realizado às escolas, sempre que se registam níveis de insucesso questionam aos professores se conhecem o Projeto como se fosse a solução para todos os problemas, mas infelizmente não é, não introduzindo qualquer inovação;
- Este Projeto não teve, até hoje, uma monitorização ou uma avaliação externa, tem apenas relatórios de autoavaliação;
- No início de julho irá ocorrer um encontro do Projeto MAIA, na Figueira da Foz onde participarão apenas os elementos que pertencem ao próprio Projeto e que naturalmente, como muitas vezes se critica, fazem uma ótima avaliação do seu próprio trabalho;
- A melhoria do trabalho em sala de aula não existe, pelo contrário, a gestão do tempo do professor passou a ser, neste momento, 50% para registar o que fez e 50% para tentar fazer alguma coisa;

- Quer a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), quer a Comissão Europeia, quer outras entidades, na última década, apresentaram conclusões de que a organização do trabalho nas escolas, em Portugal, «adoece» os professores. Por outro lado, uma outra conclusão muito frequente da Comissão Europeia é a de que os professores portugueses são os que na OCDE mais preenchem burocracia inútil;
- O que temos estado a assistir é de um grito interminável dos professores, um protesto que já vem de há muitos anos, mas que nos últimos 8 meses tem sido feito de diversas formas, o que mais ouvimos os professores dizerem, para além das questões da carreira, é que estão exaustos do inferno da burocracia, da «avaliação kafkiana» e da «autocracia na gestão das escolas».

Intervieram depois os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), Inês Barroso (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Antes da seguinte intervenção dos peticionários o Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) pediu a palavra solicitando que ficasse registado em Ata que as afirmações do Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) sobre o Plano de Atividades da Comissão são objetivamente falsas e que o Plano definido foi obtido por consenso após debate e diálogo entre todos os grupos parlamentares.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

- Uma coisa é a conceptualização do Projeto, outra é a sua aplicação;
- A matriz em si pode ter sido extremamente virtuosa, mas infelizmente a sua aplicação em muitas escolas tem sido imposta de cima para baixo e o que é afirmado no parecer do Conselho Nacional de Educação não é a realidade que se observa nas escolas;
- Explicaram não ser por um acaso que os professores representantes dos peticionários ali presentes não ensinam em escolas que tenham adotado o Projeto MAIA. Sim, é possível não ser obrigatório, sim, é possível ser facultativo, mas é verdade que é necessária uma resistência mais forte;

- A avaliação positiva é feita pelos próprios, as generalizações são dos dois lados sendo que num dos casos a generalização é feita em causa própria. O Projeto MAIA avalia-se a si próprio com muito bom, apenas existem autoavaliações e nenhuma avaliação externa;
- Mobilizar os docentes para a melhoria, era possível se não dependesse tudo da avaliação das direções executivas das escolas que são avaliadas pelas inspeções pela forma como implementam este Projeto;
- A formação do Projeto MAIA foi realizada em cascata onde todos os *powerpoints* foram replicados;
- Esta petição é em prol do bem-estar dentro das escolas e em prol do tempo dos professores para trabalharem com os alunos. Gostam de trabalhar com os alunos e é por isso que gostariam que o seu tempo fosse utilizado para estar com eles e para reforçar as suas aprendizagens;
- A questão do Projeto MAIA não se pode dissociar do modelo de gestão que existe nas escolas. A formação foi feita sobretudo para diretores, para coordenadores e depois é imposto e a avaliação externa das escolas aponta sempre como um caminho a seguir o Projeto MAIA, portanto, consideram haver uma certa imposição do Projeto ao qual é difícil resistir.

3. Aprovação de atas

A ata da reunião da Comissão de dia 14 de junho foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, verificando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

4. Comunicações do Presidente

4.2. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

iv. Projetos de lei – especialidade

O Senhor Presidente indicou que o [Projeto de Lei n.º 781/XV/1.ª \(L\)](#) – *Cria as Respostas de Apoio Psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no Ensino Superior e alarga o âmbito de aplicação dos Códigos de Boa Conduta para a Prevenção e Combate*

ao Assédio a todos os membros da comunidade académica, foi discutido na generalidade em 02/06 e em 07/06 foi aprovado, baixando à 8.ª Comissão para apreciação na especialidade.

Informou, ainda, que o Livre havia enviado um email a sugerir as entidades às quais se deveria solicitar contributo escrito (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Ordem dos Psicólogos Portugueses, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas – CRUP, Associações de Estudantes das Instituições Universitárias e Politécnicas do Ensino Superior, e Comissões de Trabalhadores das Instituições Universitárias e Politécnicas do Ensino Superior).

A estas entidades o Senhor Presidente considerou que se deveria, também, solicitar contributo escrito ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos – CCISP, e questionou se os grupos parlamentares concordavam que nas Comissões de Trabalhadores das Instituições Universitárias e Politécnicas do Ensino Superior se considerassem a Federação Nacional dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS e a Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas – ANFUP.

Os GP presentes concordaram com o pedido de contributo escrito a estas entidades e assentiram no seguinte calendário: 6/07/2023: prazo para o envio de contributos pelas entidades; 13/07/2023: prazo para a apresentação de PA pelos GP; 14/07/2023: envio do mapa comparativo pelos serviços; 18/07/2023: votação em Comissão.

v. Projetos de resolução – especialidade

O Senhor Presidente informou que os [Projeto de Resolução n.º 657/XV/1.ª \(BE\) – Criação de códigos de conduta e de uma estrutura independente de apoio à vítima e de denúncia em caso de assédio nas instituições de ensino superior](#) e [Projeto de Resolução n.º 686/XV/1.ª \(IL\) – Recomenda ao Governo que crie estratégias para debelar as situações de assédio moral e sexual no ensino superior](#), tinham sido aprovados na generalidade na reunião Plenária de 02/06, tendo baixado no mesmo dia à 8.ª Comissão para a apreciação na especialidade.

Não estando os proponentes presentes na reunião anterior, este ponto tinha sido adiado, mas uma vez que também nesta reunião os proponentes não se encontravam presentes, nem haviam indicado que tramitação pretendiam adotar deliberou a Comissão que se iria insistir com os autores das iniciativas para que se pronunciassem sobre a tramitação subsequente.

Em relação ao [Projeto de Resolução n.º 634/XV/1.ª \(IL\)](#) – *Recomenda o reforço de formação de Educação Especial ao longo do percurso da docência*, o Senhor Presidente informou que tinha sido aprovado na generalidade e baixado à Comissão em 12/05, que tinham sido solicitados contributos escritos às entidades do setor, tendo sido recebidos contributos da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo – AEEP, Associação Portuguesa de Deficientes – APD, Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – A3ES, Conselho Nacional da Educação – CNE e Associação OUVIR.

Informou ainda que o CRUP solicitou que o prazo para o envio de contributo/parecer fosse alargado até ao dia 30/06, e que os GP do PSD e da IL já haviam manifestado a sua concordância e demais GP presentes na reunião deram também o seu assentimento.

O Senhor Presidente questionou se os GP concordavam em fixar o prazo para apresentação de propostas de alteração até 30/06, a distribuição de mapa comparativo em 03/07 e a discussão e votação na especialidade na Comissão em 04/07. O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) interveio para alertar que no dia 4/07 não seria possível agendar a votação, atendendo à Audição pública sobre a descentralização das competências na educação e à reunião plenária. Assim deliberou a Comissão que o calendário seria fixado posteriormente e, atendendo aos processos legislativos pendentes, as próximas reuniões da Comissão seriam apenas a eles dedicados.

vi. Projetos de resolução – Baixaram para nova apreciação na generalidade

Relativamente ao [Projeto de Resolução n.º 476/XV/1.ª \(L\)](#) – *Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas*, e [Projeto de Resolução](#)

[n.º 549/XV/1.ª \(PAN\)](#) – *Recomenda ao Governo a eliminação das taxas e emolumentos nas instituições públicas de ensino superior para admissão a provas académicas de doutoramento*, o Senhor Presidente informou que no dia 21/04 tinham sido discutidos na generalidade, tendo sido aprovados, por unanimidade, requerimentos para baixa à Comissão, por 60 dias, sem votação, para nova apreciação na generalidade, que tinham sido solicitados contributos às entidades do setor, tendo sido recebidos contributos escritos da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da FNAESP, do CNE, do CCISP e do CRUP

Relembrou que na reunião da Comissão do dia 7/06 tinha sido consensualizado reiterar aos proponentes o pedido de pronúncia sobre se pretendiam desenvolver mais algum procedimento no âmbito da nova apreciação ou se os projetos de resolução podiam ser remetidos para votação na generalidade na sessão plenária e que na ausência de indicação até ao dia 12/06 as iniciativas seriam remetidas para votação na generalidade na sessão plenária.

Não tendo sido rececionada qualquer pronúncia por parte dos proponentes e uma vez que o prazo dos 60 dias havia terminado no dia 20/06, deliberou a Comissão remeter as iniciativas para votação na generalidade na sessão plenária.

v. Projetos de resolução – generalidade

Neste ponto o Senhor presidente informou que o [Projeto de Resolução n.º 761/XV/1.ª \(PAN\)](#) – *Incentivo a atividades de mindfulness nas escolas e tempos letivos ao ar livre* tinha baixado à Comissão no dia 07/06 e que a Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN) havia informado que pretendia a sua discussão em Comissão.

4.3. Relatórios de audiências:

O relatório da audiência da Delegação da Comissão organizadora do Fórum do Património, realizado no dia 25/05/2023, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH e do PCP verificando-se a ausência da IL e do BE.

5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 685/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que reverta a decisão de manter as provas de aferição digitais para os alunos do segundo ano de escolaridade

Este ponto foi adiado a pedido do GP do CH.

6. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 669/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição

Uma vez que este projeto de resolução incidia sobre a mesma matéria do projeto de resolução do ponto anterior, entenderam os Senhores Deputados que o mesmo também deveria ser adiado. O Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) explicou que só não pedia o seu adiamento pois já o tinha feito na reunião anterior, assim o Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) explicou que só não tinha também solicitado o adiamento deste ponto pois não sabia se o Deputado Manuel Loff (PCP) estaria de acordo, mas com a sua concordância pedia então o adiamento deste ponto também.

7. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão informou que o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP), em nome do seu grupo parlamentar havia sugerido que fosse ainda convidada a assistir à Audição pública sobre a descentralização das competências na educação a FENPROF. O Senhor Presidente colocou esta sugestão à consideração da Comissão, mas manifestou o seu entendimento de que a convidar FENPROF também se deveria convidar a FNE. Atendendo ao número de entidades já convidadas, à capacidade da sala do Senado e ao período reduzido para o debate consensualizou a Comissão que não se deveriam convidar mais entidades para esta Audição.

8. Data das próximas reuniões

O Senhor Presidente da Comissão informou que nos dias 26 e 27 de junho estavam agendadas as Jornadas Parlamentares do PS, que a próxima reunião da Comissão teria

lugar no dia 28/06, às 14h00, que no dia 4/06 às 10h00 estava agendada a Audição Pública sobre a descentralização das competências na educação, que nos dias 10 e 11 de julho teriam lugar as Jornadas Parlamentares da IL, que no dia 12/07 às 13h30 estava agendada a Audição do Ministro da Educação, por requerimento do PSD e da IL e que no dia 18/07 às 15h00 teria lugar a Audição regimental da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 21h33, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de junho de 2023.

O Presidente da Comissão,



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Alexandre Quintanilha (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Alves (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
Cláudia André (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Manuel Loff (PCP)
Maria João Castro (PS)
António Topa Gomes (PSD)
Carla Madureira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Palmira Maciel (PS)
António Cunha (PSD)
Carla Castro (IL)
Joana Mortágua (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
